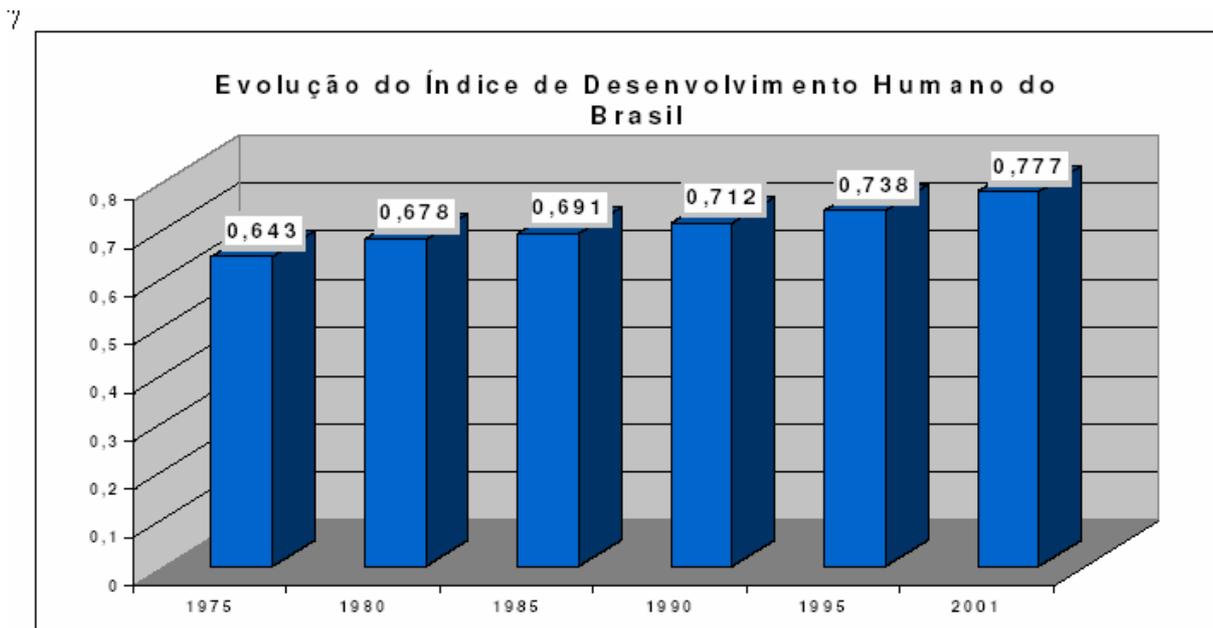


### 3. O Desenvolvimento Humano no Brasil

#### 3.1 Evolução histórica do Brasil

O Brasil foi o país que mais subiu no ranking do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) desde que a Organização das Nações Unidas (ONU) o criou, em 1975. O País saltou 16 posições nesse período e aparece na 65.<sup>a</sup> colocação no relatório da ONU. A evolução do IDH no Brasil é mostrada na Figura 3.1.



Fonte: Relatório de Desenvolvimento Humano 2003/ONU

Figura 3.1 – Evolução do Índice de Desenvolvimento Humano do Brasil  
(Ministério do Planejamento -2003)

Na primeira edição do IDH, o País recebeu índice de 0,643, o equivalente hoje ao padrão de desenvolvimento da Nicarágua e pouco melhor que o de países africanos pobres, como Botsuana e Namíbia. No relatório relativo a 2001, o índice brasileiro é de 0,777, pouco inferior ao russo (0,779) e superior aos números da Venezuela (0,775) e da China (0,721).

Os itens que mais contribuíram para o avanço do País foram longevidade e educação. Desde 1975, a expectativa de vida do brasileiro aumentou 12,5 anos para mulheres e 4,6 anos para homens - de 59,5 anos em média para 72 anos para mulheres e 64,1 anos para homens. Quanto à educação, o relatório da ONU mostra que, entre 1990 e 2001, a taxa de matrícula no ensino fundamental (crianças de 7 a 14 anos) saltou de 86% para 97% e a de alfabetização de adultos (pessoas com 15 anos ou mais) subiu de 82% para 87,3%.

O Brasil, segundo a ONU, precisa melhorar sua distribuição de renda. O aumento médio anual do rendimento per capita no País foi de 0,8% entre 1975 e 2001, porcentual inferior ao mundial (1,2%) e ao dos países em desenvolvimento (2,3%).

A comparação entre os índices de desenvolvimento humano de outros países em comparação com o Brasil é mostrada na Figura 3.2.

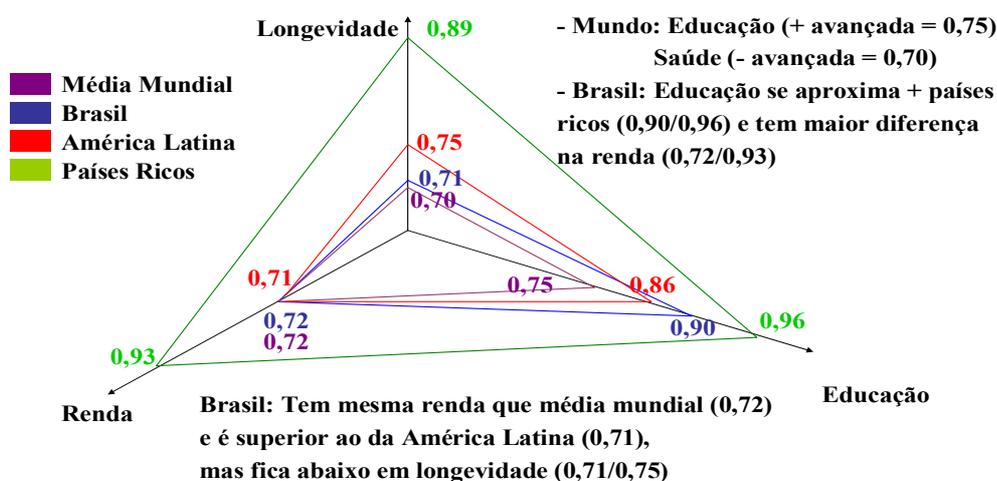


Figura 3.2 – Comparação da situação do IDH do Brasil com outros países (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD)

Apesar de todos os avanços, o Brasil ainda deve superar grandes desafios para garantir os direitos de suas crianças e seus adolescentes. Todas as dificuldades a serem enfrentadas afetam mais gravemente a criança, principalmente em seus primeiros anos de vida. O maior desses desafios é a pobreza, porque cria um ciclo vicioso que atravessa gerações e perpetua a exclusão social de meninas, meninos e suas famílias.

Segundo pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2001, 30,5% das famílias brasileiras com crianças entre 0 e 6 anos de idade vivem com renda per capita igual ou inferior a meio salário mínimo, conforme mostrado na Figura 3.3. Na região Nordeste, 53,6% das famílias com filhos menores de seis anos têm renda de até meio salário mínimo. Esse índice é de 34,8% na região Norte, 18,3% no Sudeste, 21,8% no Sul e 25,2% no Centro-Oeste.

Segundo a UNICEF, no seu relatório “Situação da Infância Brasileira 2001”, “assim como bem-estar significa mais do que riqueza, pobreza significa mais do que renda insuficiente para cobrir as necessidades mínimas de uma família. Sinais de que as necessidades básicas não estão sendo atendidas, como saúde frágil, baixa escolaridade, discriminação e marginalização, também são indicadores de pobreza. Assim, a pobreza está ligada ao acesso inadequado a serviços sociais básicos, como boas creches e suas alternativas, pré-escolas, postos de saúde e saneamento adequado”.

**FAMÍLIAS COM CRIANÇAS DE 0 A 6 ANOS DE IDADE, COM RENDA FAMILIAR PER CAPITA DE ATÉ 1/2 SALÁRIO MÍNIMO – 1998**

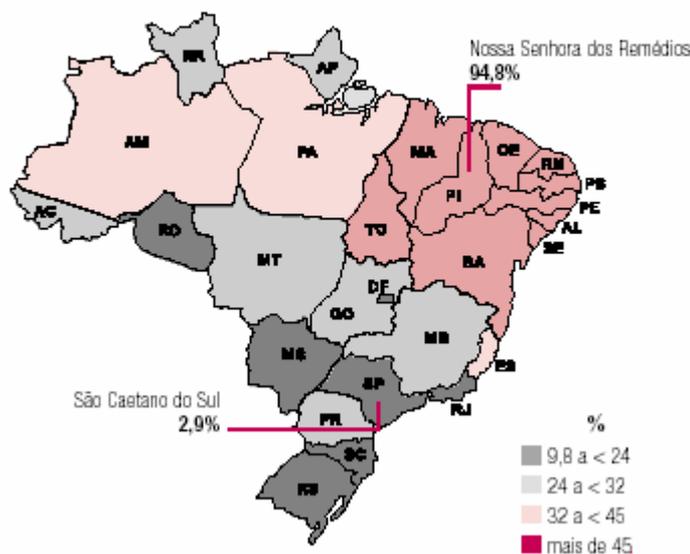


Figura 3.3 – Renda familiar per capita de até meio salário mínimo para famílias com filhos de até seis anos (Ministério do Planejamento -2003)

A diretora da equipe responsável pelo relatório, Sakiko Fukuda-Parr, recomendou ao Brasil concentrar-se na eliminação de seus "bolsões de pobreza" e das "disparidades internas" se quiser avançar no ranking do IDH. Segundo a ONU, 10% da população brasileira têm renda 70 vezes maior que os 10% mais pobres da sociedade. No Norte do País, a pobreza chegou a aumentar nos últimos anos.

O relatório também faz um apanhado da situação dos países em relação às Metas de Desenvolvimento Humano assinadas pelos 175 membros da ONU em 2000. Os governos se comprometeram a atingir as metas, resumidas em oito itens, até 2015. O desempenho brasileiro indica que nas áreas de educação e redução da mortalidade, por exemplo, o País deve alcançar as metas.

O item considerado mais preocupante pela ONU no relatório é o saneamento básico. A expansão da rede de esgotos foi menor do que deveria entre 1990 e 2001 - o percentual de casas com rede de esgoto cresceu de 71% para 76%. O governo brasileiro prometeu elevar esse índice para 86% até 2015.

Segundo esse mesmo relatório, o IDH sofreu queda em 21 países, entre eles a Rússia, o que demonstra que o mundo está vivendo uma aguda crise de desenvolvimento, sendo uma situação que afeta especialmente os países mais pobres. Em alguns locais da África, a idade média de vida é comparável a de um europeu na Idade Média.

Pela primeira vez em anos, a ONU fez críticas ao modelo de estabilidade macroeconômica como estratégia para o desenvolvimento dos países. As Nações Unidas exortaram o Fundo Monetário Internacional (FMI) a pôr o combate à pobreza no centro de suas políticas.

Ainda segundo esse relatório, as políticas macroeconômicas e ajustes estruturais não são suficientes. A classificação do IDH e sua evolução no Brasil, são mostrados na Figura 3.4. A evolução da distribuição porcentual das matrículas, por grau de ensino, pré-escolar, fundamental, secundário e universitário no Brasil está mostrada na Figura 3.5.

A ONU também rompeu um longo silêncio em relação à onda de privatização de serviços públicos iniciada nos anos 90, defendendo uma certa regulação das privatizações, e ainda enfatizam que intervenções públicas pesadas são necessárias para dar condições de crescimento e a criação da infra-estrutura básica para que o desenvolvimento ocorra nos países pobres.



Figura 3.4 – Evolução do IDH no Brasil (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD)

**Distribuição porcentual das matrículas, por grau de ensino pré-escolar, fundamental, secundário e universitário no Brasil nos anos de 1980, 1996 e 1999**

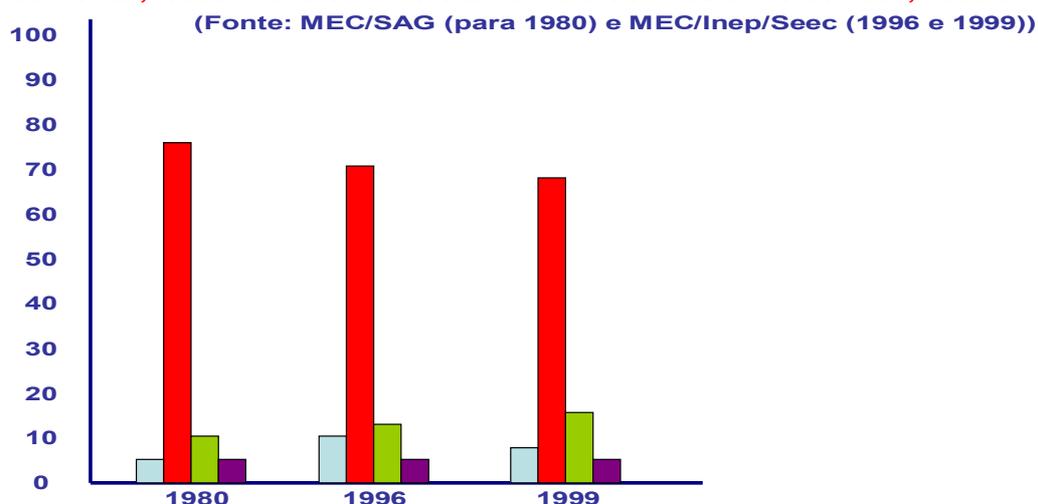


Figura 3.5 – Distribuição porcentual das matrículas, por grau de ensino, pré-escolar, fundamental, secundário e universitário no Brasil nos anos de 1980, 1996 e 1999.

(Fonte: MEC/SAG (para 1980) e MEC/Inep/Seec (para 1996 e 1999))

### 3.2 O relatório da ONU (RDH) de 2003

Segundo o RDH 2003, quando descreve a situação brasileira frente às Metas do Milênio, diz que o país alterna desempenhos acima da média em alguns dos indicadores e, em outros casos, desempenho preocupante o suficiente para ser enquadrado entre os países que precisam dar "alta prioridade" a alguns indicadores para conseguir atingir as metas propostas para 2015.

As metas de Desenvolvimento do Milênio foram estipuladas em setembro de 2000 e constam da declaração assinada por 189 países membros da ONU. Esses objetivos devem ser atingidos até 2015. São oito metas, a saber: erradicar a extrema pobreza e a fome; atingir o ensino básico universal; promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres; reduzir a mortalidade infantil; melhorar a saúde materna; combater a AIDS, a malária e outras doenças; garantir a sustentabilidade ambiental; estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento. Delas, apenas duas devem ser atingidas pelos signatários até 2015, segundo a ONU: reduzir à metade a pobreza (pessoas vivendo com menos de US\$ 1 por dia) e diminuir a quantidade de pessoas sem acesso à água potável.

No Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH), de 2003, os autores fazem uma advertência sobre o ritmo de diminuição da miséria no Brasil: "Apesar de a pobreza ter começado a cair no começo dos anos 90, isso ocorreu de modo

desigual - e não tão rápido quanto o necessário para o Brasil atingir a Primeira Meta do Milênio". Entre o final da década passada e o ano de 2001, 9,9% dos brasileiros viviam com o equivalente a menos de um dólar por dia – dólar medido pela paridade do poder de compra. A Meta número 1 é reduzir esse valor a 4,95% até 2015. A paridade do poder de compra leva em consideração o custo de uma cesta básica de bens entre nações sendo comparadas.

Segundo o RDH 2003, embora o Nordeste tenha conseguido uma redução dramática, no passo atual a região Sul é a única que deve conseguir cortar a pobreza pela metade até 2015. O texto segue dizendo que o Norte do país é a única região que viu a pobreza crescer, de 36% em 1990 para 44% em 2001. Os dados são extraídos da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do IBGE (2001), que é feita anualmente, e que, no caso dos Estados do Norte, se limita às áreas urbanas.

Os autores do RDH perguntam por que tantas pessoas são deixadas para trás mesmo se a evolução global do país é positiva. A resposta, segundo eles, é que o problema não é a falta de recursos, mas a persistência de um alto grau de desigualdade.

A região Norte está sendo deixada para trás, segundo o RDH, não apenas no que diz respeito à pobreza, mas também em outras dimensões. Seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) regional não tem evoluído o suficiente, ao contrário do que ocorreu com o IDH no Nordeste e no Sudeste, por exemplo. O Relatório conclui com a recomendação de que mais recursos sejam eficientemente dirigidos ao Norte, por causa da tendência negativa, e ao Nordeste, devido aos seus ainda baixos índices de desenvolvimento humano.

Esse trecho do RDH 2003 é um bom exemplo da situação brasileira frente às Metas do Milênio. O país alterna desempenhos acima da média em alguns dos indicadores e, em outros casos, desempenho preocupante o suficiente para ser enquadrado entre os países que precisam dar "alta prioridade" a alguns indicadores para conseguir atingir as metas propostas para 2015.

Não há dados para todos os 48 indicadores que compõem as oito Metas do Milênio, mas entre aqueles apresentados pelo Relatório, o Brasil se destaca positivamente na equidade de sexos e no acesso ao ensino fundamental; fica próximo à média latino-americana no combate à fome e na mortalidade infantil, e tem um desempenho preocupante no acesso ao saneamento básico.

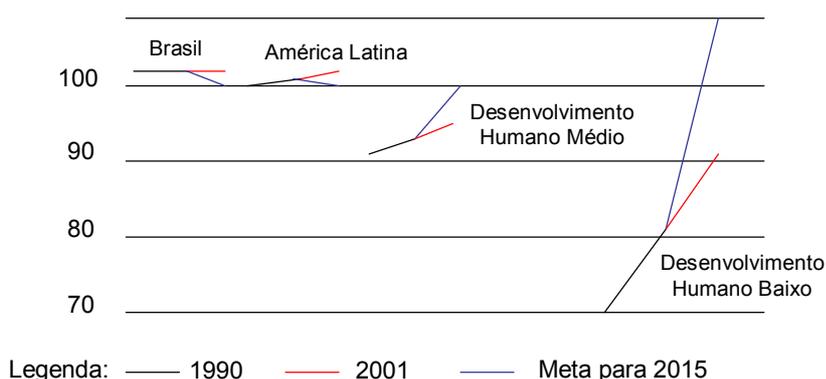
A igualdade de oportunidade entre os sexos é medida nas Metas do Milênio pela proporção de meninas em relação ao número de meninos matriculados nos níveis de ensino fundamental e médio. O objetivo é que haja paridade, ou seja, que

exista uma aluna do sexo feminino para cada aluno do sexo masculino. Isso se traduz em uma taxa de 100%. No caso brasileiro esse valor já é de 103%, indicando uma maior proporção de estudantes mulheres do que homens e o cumprimento antecipado da meta, conforme mostrado na Tabela 2.4.

Desde 1975, a expectativa de vida do brasileiro aumentou oito anos, estando hoje em 72 anos para mulheres e 64,1 anos para homens. Quanto à educação, o relatório da ONU mostra que, entre 1990 e 2001, a taxa de matrícula no ensino fundamental (crianças de 7 a 14 anos) saltou de 86% para 97% e a de alfabetização de adultos (pessoas com 15 anos ou mais) subiu de 82% para 85,4% para mulheres e 85,1% para homens, conforme mostrado na Figura 3.6.

### Igualdade entre os Sexos

**Meta: Eliminar a disparidade entre os sexos nos ensinos primário e secundário, se possível até 2005, e em todos os níveis de ensino até 2015**

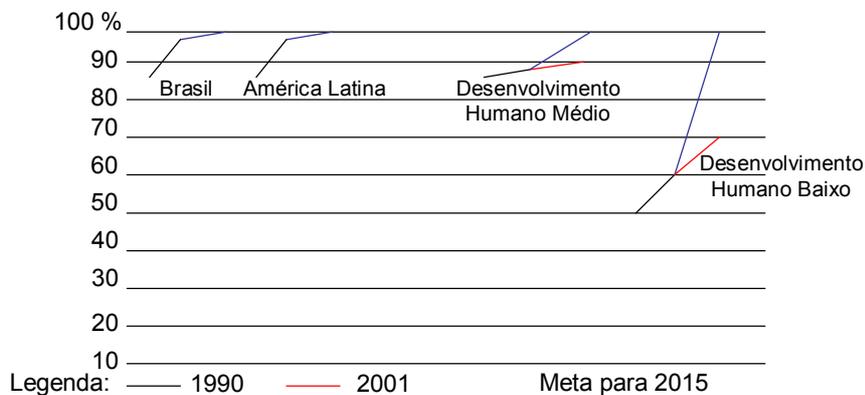


**Figura 3.6 – Taxa de alfabetização na faixa etária dos 15 aos 24 anos para ambos os sexos (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD)**

A Figura 3.7 mostra as comparações do Brasil e outros países em relação à taxa de matrícula no ensino primário. Para a educação, o Relatório mostra dados referentes à taxa líquida de matrícula no ensino fundamental. São considerados nesse indicador os jovens de 7 a 14 anos matriculados na escola em comparação à população dessa faixa etária. Entre 1990 e 2001 a taxa brasileira passou de 87% para 97%, aproximando-se rapidamente da meta de 100%, ou seja, garantir que todas as crianças até 14 anos estejam na escola. A meta de 100% é uma meta virtual para todos os países, reservando-se 3% para não freqüência a escolas regulares.

### Educação Primária

**Meta: Garantir que, até 2015, todas as crianças, de ambos os sexos, terminem um ciclo completo do ensino primário**

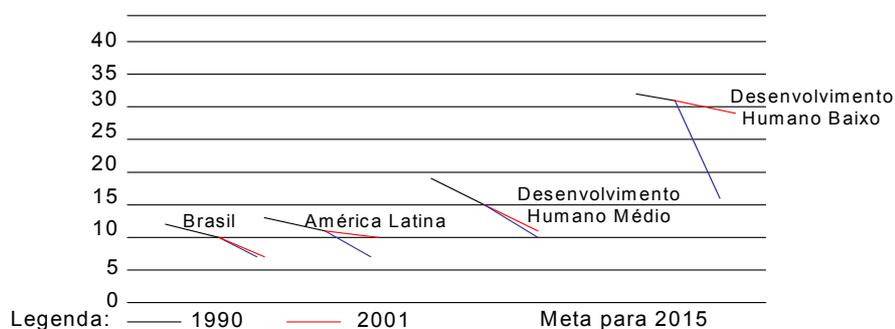


**Figura 3.7 – Taxa líquida de matrícula no ensino primário (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD)**

No que diz respeito ao combate à fome, o desempenho brasileiro vem sendo ligeiramente superior ao da média da América Latina e próximo ao do conjunto de países com Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) médio. Os números até agora sugerem que o país tende a atingir a meta de, até 2015, reduzir à metade a proporção da população que sofre com esse problema. Segundo o Relatório, a porcentagem desnutrida da população brasileira caiu de 13% para 10% entre 1990 e 2001. A meta é que chegue a 7% até 2015, conforme mostra a Figura 3.8.

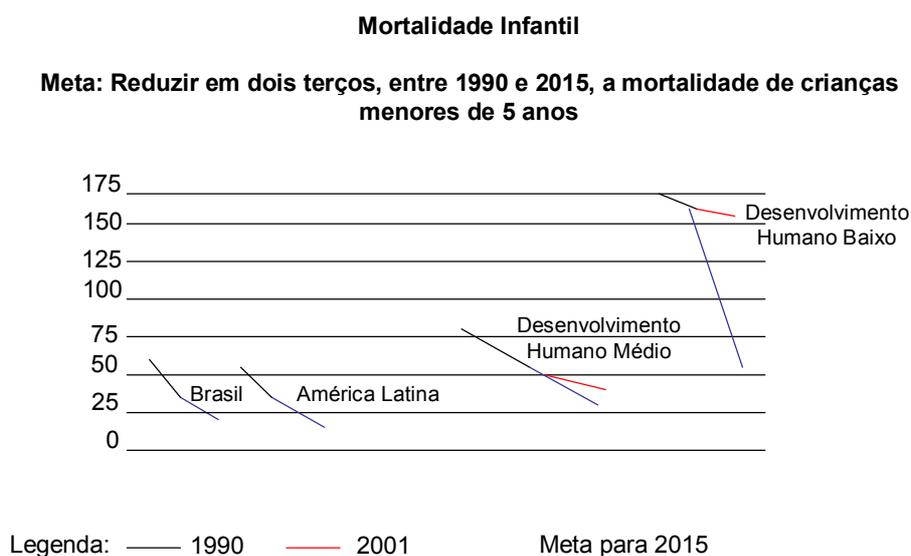
### Fome

**Meta: Reduzir pela metade, entre 1990 e 2015, a proporção da população que sofre de fome**



**Figura 3.8 – Porcentual da população que é subnutrida (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD)**

Na dimensão da saúde, o indicador escolhido para estar no Relatório é a razão de mortes de crianças de até cinco anos de idade para cada mil nascidos vivos, conforme mostrado na Figura 3.9. O Brasil vem reduzindo essa taxa praticamente no mesmo ritmo que a média dos países latino-americanos. Se seguir nesse ritmo, os números sugerem que, até 2015, o país conseguirá reduzir em dois terços essa proporção. Em 1990, para cada mil partos bem-sucedidos, 60 crianças morriam antes de completar cinco anos de vida. Em 2001 esse número havia caído para 36. A meta para 2015 é que essas mortes não passem de 20 a cada mil nascidos vivos, conforme mostra a Figura 3.9.



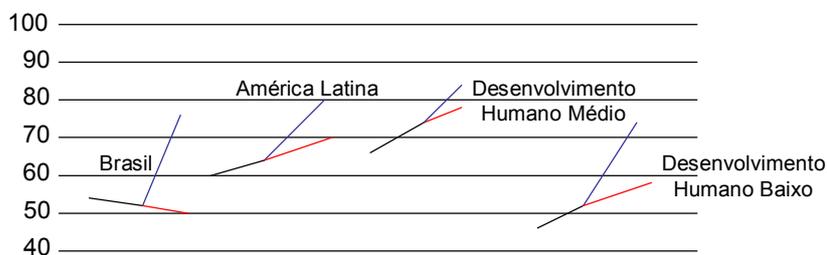
**Figura 3.9 – Taxa de mortalidade de crianças com menos de 5 anos a cada 1000 nascimentos (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD)**

Os registros mais preocupantes para o Brasil dizem respeito às metas relativas a saneamento básico. No caso da proporção da população que vive em habitações com esgotamento sanitário, o país foi classificado no Relatório entre aqueles que devem considerar essa questão uma alta prioridade. A advertência se deve ao lento ritmo de evolução dessa porcentagem dos brasileiros: ela cresceu de 71% em 1990 para 76% em 2001. A meta é chegar a 86% até 2015.

A dificuldade se repete no acesso à água potável. A proporção da população brasileira com uma fonte de água tratada em suas residências cresceu de 83% para 87% entre 1990 e 2001. A meta é que esse percentual chegue a 92% em 2015. O problema, no caso, é que a média oculta as diferenças entre grupos populacionais. Como se pode ver na Figura 3.10, enquanto o acesso à água potável é crescente nas áreas urbanas, no meio rural houve um retrocesso nos anos 90.

### Acesso à água Potável

**Meta: Reduzir pela metade, até 2015, a proporção da população sem acesso permanente e sustentável à água potável segura**



Legenda: — 1990 — 2001 — Meta para 2015

**Figura 3.10 – Porcentagem da população rural com acesso à água potável (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD)**

Em várias passagens ao longo do Relatório do Desenvolvimento Humano (RDH) 2003 o Brasil é citado como paradigma, especialmente no que se refere à renda. Ao mesmo tempo, surgem no texto várias menções positivas de iniciativas bem sucedidas no país em relação ao combate à Aids, à fome e à miséria, bem como políticas públicas que incentivam a participação da população a fim de atingir as Metas do Milênio.

Positivas ou negativas, em nenhum outro Relatório do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas o Brasil recebeu tantas citações. Isso é um reflexo do próprio espírito do RDH 2003, que busca mostrar os avanços e diferenças de desenvolvimento humano entre países.

Os autores do RDH 2003 (ONU) notaram que os níveis de desigualdade de renda mundiais não mudaram desde o Relatório anterior. Para enfatizar seu argumento, tomam o Brasil como parâmetro: "A renda é distribuída mais desigualmente ao longo da população mundial do que nos países mais desiguais". E aí exemplificam com os coeficientes de Gini mundial, que é de 0,66, e do Brasil: 0,61.

Registre-se, todavia, que o índice brasileiro não é o mais alto entre os 175 países pesquisados. Namíbia, Botswana, República Centro-Africana e Suazilândia, todos países da África Subsaariana, possuem índices de Gini (Gender Income Inequality ou Desigualdade de Rendimentos entre Sexos) superiores aos do Brasil. O índice de Gini é uma medida da desigualdade de renda na qual o valor "0" corresponde à igualdade perfeita e o valor "1" à desigualdade absoluta.

Do lado positivo, o Programa Fome Zero, do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, é citado como exemplo de plataforma política sintonizada com as Metas do Milênio e os autores do RDH o mencionam como sendo uma iniciativa que deve ser encorajada e sustentada, pois o apoio e a mobilização obtidos em uma campanha assim são cruciais para o atendimento das Metas.

Logo na abertura do Relatório, o Brasil é mencionado para exemplificar políticas de descentralização que aumentam a pressão popular para o cumprimento das Metas, como no caso do orçamento participativo da prefeitura de Porto Alegre, que proporcionou "grandes melhoras de serviços".

O Brasil é citado, ao lado de China, Índia e México, como exemplo de grande economia em crescimento que deixa à margem regiões de intensa pobreza em seu território. A mesma advertência é feita, para exemplificar como um "progresso geral excelente" de um país – que eventualmente cumpre as metas estabelecidas – pode não significar necessariamente o atendimento do espírito das Metas do Milênio se ele é conquistado com base na disparidade entre grupos sociais, étnicos e/ou regionais, com uns progredindo e outros ficando para trás.

As menções positivas e negativas ao Brasil seguem se alternando ao longo do Relatório. O país entra em uma lista, ao lado de Chile, Índia, Uganda, Tailândia e Vietnã, que descreve nações que conseguiram atingir "impressionantes reduções na pobreza". Entre o RDH de 1999 e o de 2003, por exemplo, o Índice de Pobreza Humana (HPI-1) brasileiro decaiu de 15,8% da população para 12,2%. Esse índice leva em conta indicadores como a parcela da população que morre antes dos 40 anos de idade, analfabetismo, acesso à água potável e crianças menores que cinco anos abaixo do peso.

Em uma seção que se dedica a explorar diferenças regionais, o país volta a ser parâmetro de desigualdades. "O Brasil tem um grande legado de altas de desigualdades. Os 10% de domicílios mais ricos tem uma renda 70 vezes maior do que a dos 10% de domicílios mais pobres". E estende a comparação para outras dimensões além da renda: "Nos últimos dez anos as taxas de analfabetismo dos Estados ricos e pobres têm ficado mais distantes". Enquanto na região Norte ela caiu apenas 1,2% (de 12,4% em 1990 para 11,2% em 2001), no Sul a queda foi de 4,6%, indo de 11,7% para 7,1%, aumentando as diferenças regionais.

Ainda no campo das desigualdades internas, o Brasil aparece em um quadro do Relatório como um dos países onde há grande diferença nas taxas de mortalidade infantil entre crianças ricas e pobres. Pior, é um dos exemplos, ao lado de Bolívia, Colômbia, Uganda e Indonésia, entre outros, de nações que conseguiram reduzir a taxa nacional, mas que viram aumentar a desigualdade da

taxa de mortalidade infantil entre crianças ricas e pobres ao longo dos anos 80 e 90.

### 3.3 Evolução recente do Brasil

Uma das menções mais positivas ao Brasil é o programa nacional de tratamento da Aids através da distribuição de medicamentos genéricos. Com uma boa relação custo-benefício, esse programa atingiu 115 mil pacientes apenas em 2001. Isso proporcionou cortar a incidência de mortes por Aids pela metade e reduzir de 60% para 80% o aparecimento de doenças infecciosas oportunistas entre os pacientes da doença. O RDH calcula que o país economizou US\$ 422 milhões entre 1997 e 1999 graças a menores gastos com internações hospitalares e com medicamentos, o que praticamente cobriu os custos do programa de distribuição do coquetel de drogas para tratamento da Aids. O RDH 2003 salienta ainda que outros países com menos recursos podem se beneficiar da iniciativa brasileira, importando esses medicamentos do Brasil.

Segundo os autores do trabalho Desenvolvimento Humano e Condições de Vida: Indicadores Brasileiros (1996), em relação aos Estados brasileiros, Minas Gerais foi o que mais melhorou sua posição no ranking em 1996, ano em que passou para o grupo de unidades da Federação com IDH alto. O salto do 12º lugar para o 9º lugar no ranking, de um ano para o outro, se deveu principalmente ao avanço do indicador relativo à renda. O contrário aconteceu com o Amapá, que baixou do 9º para o 13º lugar, pela evolução negativa da dimensão renda. Em 1995 e 1996 o Brasil já não tinha nenhum estado na categoria de baixo desenvolvimento humano. Os dois únicos estados que figuravam no grupo de baixo desenvolvimento humano em 1991, Maranhão e Piauí, ascenderam ao grupo de médio desenvolvimento humano em 1995.

Ainda segundo os mesmos autores acima, o aumento relativo do IDH brasileiro foi maior no período 1970-1980 – a chamada “década do milagre econômico”, quando o índice teve um crescimento de 48,5%, devido quase que totalmente ao incremento do índice do PNB per capita, que foi de 115%. Os índices de longevidade e de educação tiveram um desempenho fraco aumentando, apenas, 33 e 15%, respectivamente. Entre 1980 e 1991 – a “década perdida” – o IDH do Brasil aumentou apenas 7,3%, mas, ao contrário do período anterior, esse aumento se deveu quase exclusivamente às dimensões educação e longevidade, que cresceram 8,7 e 11,8%, respectivamente, enquanto a dimensão renda ficou praticamente estagnada, crescendo somente 2,9% nesses onze anos. Esses

resultados ajudam a colocar em perspectiva alguns mitos da história brasileira recente, ficando bem claro, mais uma vez, que o “milagre” foi exclusivamente econômico, e passou bem longe das dimensões sociais. Por outro lado, a “década perdida” só foi inteiramente perdida no plano econômico, pois houve espaço para algum avanço nas dimensões sociais. Isto está perfeitamente alinhado com a principal lição legada pelos criadores do paradigma do desenvolvimento humano, que é exatamente o fato de que o crescimento econômico não gera automaticamente as condições para o desenvolvimento social, e que mesmo em situações de baixo crescimento econômico é possível avançar em outras dimensões do desenvolvimento humano. Já no período de 1991 a 1996, o IDH do Brasil cresceu 5,4% e seus três componentes aumentaram de forma bem mais equilibrada, com aumentos de 3,5% no índice de longevidade, 4,5% no índice de renda e 8,1% no índice de educação.

Os custos de dar ao adulto uma segunda chance na vida são muito maiores do que os custos de se prover cuidados no tempo adequado à criança, principalmente em seus primeiros anos de vida. O investimento na criança oferece retorno muitas vezes maior em termos de melhor aproveitamento escolar, maior produtividade e comportamentos positivos ao longo da vida. Serviços sociais básicos de saúde e educação, por exemplo, são investimentos preventivos muito mais efetivos e humanos.

Portanto, investimentos apropriados na criança reduzem gastos posteriores em saúde e bem-estar social, enquanto ajudam a aumentar a equidade social, os ganhos econômicos e o recolhimento de impostos. Baseados em um estudo feito nos Estados Unidos, especialistas têm afirmado que os investimentos em serviços integrais de desenvolvimento geram US\$ 7 de retorno para cada US\$ 1 investido.

A possibilidade de envolver as famílias e as comunidades na oferta desses serviços significa boas oportunidades para reduzir custos, sem perder a qualidade das intervenções que têm como objetivo dar à criança o melhor que se pode oferecer, e garantir assim o desenvolvimento de seu pleno potencial.

A ONU também possui um índice que mostra o desenvolvimento tecnológico de um país, chamado de Índice de Avanço Tecnológico (IAT), onde o Brasil ocupa a 43ª posição. Na pesquisa que avalia a criação tecnológica, a difusão das inovações recentes e antigas e as habilidades humanas, o Brasil aparece atrás da Argentina, da Costa Rica, do Chile, do Uruguai e de Trinidad Tobago. Inclui-se entre as nações que absorvem tecnologias de ponta, mas está fora do grupo de líderes em potencial. Enquanto não avançar em desenvolvimento humano, o Brasil dificilmente conseguirá galgar posições no ranking tecnológico. O IDH e o IAT são

interdependentes. Atualmente, o Brasil está na 27<sup>a</sup> posição no ranking da exportação de produtos de alta tecnologia. São Paulo e Campinas ganham destaque como centros de excelência tecnológica.

A Coréia do Sul mostrou o caminho no final do século passado: investiu pesado em educação e com isso atingiu um patamar elevado no IAT. Pode-se ainda investir direto em Pesquisa & Desenvolvimento no âmbito universitário e no interior das empresas. Mas, havendo vontade política de avançar no campo tecnológico, mais importante que tudo é elevar a qualidade de vida da população e educação é a chave do progresso.